

2022



A INCLUSÃO COMO MEIO DE TORNAR VISÍVEL O INVISÍVEL: AÇÕES QUE FAVORECEM A PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SERTÃO NORDESTINO

Nozângela Maria Roliim Dantas, UFCG, nozangela.maria@professor.ufcg.edu.br

Natália Diniz Silva, UFCG, nataliadiniz01@gmail.com

Janai Erika da Silva Santos, UFCG, janailibras@gmail.com

Rian Vieira de Melo Carneiro Pontes, UFCG, rianvieira53@gmail.com

Resumen.

As ações pedagógicas desenvolvidas pela equipe do projeto de extensão denominado de Projeto Incluir, da Unidade Acadêmica de Educação, em parceria com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras-PB, procura desenvolver atividades que buscam viabilizar a permanência do estudante com deficiência em seu espaço acadêmico. Não basta promover a acessibilidade, mas é necessário oferecer condições para a permanência desses estudantes. Para tanto, o projeto Incluir/NAI procura dar suporte por meio da promoção de cursos de LIBRAS, para estudantes, servidores técnico-administrativo e professores que tenham interesse em aprender. Também foi oferecido oficina de Braille e orientação de como lidar com alunos com deficiência com cegueira e baixa visão. Para melhor assistir os alunos a universidade oferece a Monitoria Inclusiva. Os alunos se inscrevem para dar assistência a um aluno com deficiência no intuito de dar assistência nas atividades acadêmicas. Além disso, também dialogam com os professores desse aluno sobre as dificuldades de aprendizagem e procuram a melhor maneira de auxiliar nesse processo. Os alunos monitores inclusivos são orientados por professores-orientadores que se dispõem a acompanhá-los. Na falta desse professor o NAI assume esse papel e faz essa orientação desses alunos. O NAI também oferece serviço de escuta psicológica breve a esses alunos e orientação aos professores e demais servidores que buscam por orientação pedagógica sobre determinadas ações voltadas para o aluno com deficiência. No entanto, muitas vezes os serviços oferecidos esbarram na burocracia e na falta de profissionais capacitados, como a falta de pedagogo na equipe e mais intérpretes de LIBRAS para atender tanto alunos e professores surdos. Também falta a possibilidade de adquirir notebooks para ter o auxílio das tecnologias assistivas no intuito de atender alunos surdos que não sabem LIBRAS. A um aluno surdo que faz matemática e que não sabe LIBRAS está sendo oferecido um curso de LIBRAS para ele aprender a se comunicar por essa língua também, bem como aos extensionistas e aos monitores que queiram aprender. O que se tem notado é que esses alunos com deficiência ficam muito vulneráveis ao abandono da educação Superior devido estarem em situação de vulnerabilidade e pela falta de políticas inclusivas na instituição em que estudam e pela própria burocracia que os exclui, como a lentidão na compra de equipamentos e na resolução de seus problemas.

Palavras-Chave: Inclusão, Educação Superior, Permanência.

2022



1. Introdução

Esse projeto nasceu a partir de uma aula no curso de Pedagogia, na disciplina de Educação Inclusiva, pertencente ao Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus: Cajazeiras/PB. Nessa aula estávamos fazendo um debate sobre os desafios e as possibilidades encontradas pelos estudantes com deficiência na Educação Superior. Vale salientar que nesta turma há um estudante surdo, que depende do trabalho de duas intérpretes para se comunicar com os colegas, com os professores e para ter acesso aos conteúdos programados do curso. Diante do debate surgiu a ideia de fazer um projeto de extensão que pudesse oferecer para toda a comunidade acadêmica um curso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que pudesse ampliar o número de pessoas para se comunicar com o aluno surdo, inclusive os seus colegas. Esse curso seria ministrado por esse aluno surdo, com o auxílio das intérpretes da instituição. Nessa proposta também foi incluído um curso de Braille. Para o projeto não ficar restrito aos cursos, pensou-se também em contemplar ações que pudessem envolver os extensionistas em campanhas, em oficinas inclusivas e no acompanhamento de alunos com deficiência na instituição. O projeto foi submetido a instituição e foi aprovado tendo o seu processo de execução até dezembro de 2022. O maior desafio é atender esses alunos com deficiência no intuito de assegurar a permanência deles na instituição com a falta de mão de obra adequada/especializada e de tecnologia assistiva para atender as suas peculiaridades, sem que o mesmo venha a evadir da instituição.

2. Aporte teórico

Falar sobre educação é discorrer sobre as mais variadas formas de se constituir um sujeito, uma escola, uma família, uma comunidade, enfim, uma sociedade a partir do processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, observa-se que esse processo sempre gera espaços para as mais diversas reflexões, além de debates que fazem emergir os diferentes tipos de questionamentos e críticas sobre a maneira de ensinar e aprender, principalmente dentro do âmbito acadêmico.

A academia, através do exercício filosófico do pensamento e no intuito de construir novos conhecimentos, valores e paradigmas, traz para o seu âmago a Educação Inclusiva que, segundo Mantoan (2006, p. 16) se constitui como uma “provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino nas escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula”.

A educação Inclusiva tem as “pessoas com deficiência” como seu foco principal. No entanto, ela é muito mais abrangente porque traz para si todos que são “ignorados”, “marginalizados” e “anulados” pela escola. Como bem expressa Mantoan (2006, p. 15) “[...] a escola se democratizou, abrindo novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Por isso exclui os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação do ensino”.

No entanto, a academia, ao se debruçar sobre o processo da Educação Inclusiva, busca demonstrar que é possível criar novas possibilidades de diálogo entre a escola, a família e a comunidade, onde todos possam usufruir das diferentes instâncias epistemológicas. Ao interagir com o seu público, a Instituição de Educação Superior se aproxima da realidade dos estudantes e de suas famílias e passa a ser promotora de uma educação de qualidade (DANTAS, 2017).

2022



Seguindo a reflexão de Mantoan (2006, p. 16) sobre o processo de inclusão, a escola precisa rever seus paradigmas, “essa reviravolta exige, em âmbito institucional, a extinção das categorizações e das oposições excludentes – iguais x diferentes, normais x deficientes [...]”. Levando em consideração esses termos, a autora propõe uma escola onde todos possam conviver com respeito e sem a prevalência dos preconceitos embutidos em determinados “valores”, dando espaço a cidadania global que reconhece e valoriza as diferenças.

O direito a educação observado na Carta Magna do país, em seu Art. 205, ao ser confrontada com a realidade, abre margem para a realização de alguns questionamentos, dentro os quais se destacam a problemática sobre a qualidade da educação oferecida pelo Estado e como essa educação vem contribuindo para que a pessoa, como um ser em construção, está desenvolvendo suas habilidades e potencialidades? Como deve ser a educação para as pessoas com deficiência, já que os mesmos, independentemente de sua condição, são brasileiros e têm o direito de serem assistidos como qualquer outro cidadão sem qualquer barreira ou entrave? São reflexões que devem ser feitas diariamente pelos órgãos competentes e pelas instituições de ensino em seus diferentes níveis, já que é um direito garantido pela Lei, mas que falta efetivação e formação para os professores e, consequentemente, para todos que fazem parte da escola.

A pessoa com deficiência é considerada um "ser estranho" nos espaços escolares devido as pessoas não saberem lidar com as suas especificidades. O aluno surdo é um exemplo do estranhamento, pois a maioria da população brasileira não sabe a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Conforme a Lei 10.436/2002, que regulamenta a Lei Brasileira de Sinais, Art. 2º “Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.” (BRASIL, 2002)

Vale salientar que no ano de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96 regulamenta esses direitos e descreve as funções, especificações e funcionamento das escolas no país, sejam elas públicas ou privadas. No tocante a educação inclusiva a LDB 9.394/96, em seus artigos 58, 59 e 60 garante a inserção na rede regular de ensino as pessoas com deficiência, além de garantir o atendimento de suas necessidades “com apoio especializado para o atendimento” das “peculiaridades da clientela”. Segundo o art. 59 da LDB, as pessoas com deficiência ficam assegurado:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho

2022



competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996).

Sendo assim, a formação docente tão defendida nos dias atuais conforme está previsto na LDB, no Título VI, Art. 61, busca-se garantir para o educador e para o educando uma qualificação sólida, com base na associação da teoria com a prática. Além do mais, a mesma Lei no mesmo Título, em seu Art. 67, afirma que “os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público”.

No entanto, vivemos em uma realidade em que a sociedade é regida por uma lógica dominante que minimiza os valores humanos, na qual é preciso ter para ser, tendo por finalidade o acúmulo de capital. No campo educacional, isso se reflete com maior ênfase, pois se procura desenvolver habilidades e competências para atender a tal fim, ficando esquecidos valores, sentimentos e ética que nos completam e nos fazem ser verdadeiros seres humanos e esses direitos que estão no papel ficam distantes de serem totalmente realizados e colocados em prática. No entanto, iniciativas pontuais como o projeto podem modificar a realidade e promover a permanência desses estudantes na instituição.

Loureiro (2001, p. 12), através de seus questionamentos, direciona essa formação para o âmbito social, quando faz as seguintes indagações: “para onde caminha a humanidade? Qual o modelo de sociedade que buscamos? Que pais e educadores queremos ser? Que pessoas concretas, queremos construir?” Perguntas estas cujas respostas refletem-se no tipo de educadores que as instituições de ensino devem formar e para qual sociedade. Para pensar numa educação que envolva o ensino, a aprendizagem e todo o contexto social, como propõe o autor, faz-se necessário, redesenhar as práticas formativas que podem elevar as pessoas à condição de sujeitos autônomos e críticos. É necessário rever os processos que viabilizam a formação de sujeitos formadores de sujeitos e a cultura organizacional da escola. Assim, “poderíamos dizer que buscamos uma sociedade mais justa e democrática buscamos formar sujeitos autônomos e críticos da organização da sociedade brasileira atual e capaz de pensar e construir a sociedade que almejamos” (LOUREIRO, 2001, p. 12).

Trabalhar o processo de permanência na instituição é dar para ela condições para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça. Conforme Santos (2015, 176) a permanência estudantil, “sinaliza a preocupação e o olhar atento dos estudantes não somente com questões corriqueiras de sala de aula, mas também com os diferentes aspectos que envolvem seus estudos em uma Instituição de Educação”.

Ao se referir ao aspecto da permanência Kohls-Santos (2020, p.84), chama atenção para o fato da importância do comprometimento da instituição com os estudantes, além do mais a autora também afirma que: “[...] Acredita-se como necessário realizar estudos que triangulem a qualidade do ensino, o comprometimento institucional e o comprometimento do estudante em relação à Educação Superior”. Como bem chama atenção a autora, “[...] o abandono é multidimensional com múltiplas e distintas causas geradoras relacionadas entre si.” (KOHLS- SANTOS, 2020, p.84). Logo, faz-se

2022



necessário fazer um levantamento cuidadoso das necessidades desses estudantes para atuar de modo objetivo e eficaz e, como bem salientou a autora, de maneira multidimensional, pois é importante ter presente os seguintes elementos: a) os objetivos pessoais, b) as condições sociais e econômicas, c) a estrutura institucional e o c) envolvimento do estudante nas atividades acadêmicas. (KOHLSANTOS, 2020).

Sendo assim, conforme Darub e Dantas (2022, p. 71): “As condições sociais e econômicas são fatores que interferem na permanência, tanto para o ingresso quanto para a participação nas atividades acadêmicas e sociais.” Esses fatores impedem os estudantes de frequentarem as aulas como a contribuição no sustento da família, que coloca o estudante entre a escolha do trabalho e do estudo. Ainda conta com a falta de tempo dos pais para o acompanhamento das atividades ou até mesmo pelo fato de os mesmos não terem conhecimento para fazer tal acompanhamento. Quando se trata do aluno com deficiência a situação se agrava porque a sua condição também encarece o seu custo de vida e a sua atividade acadêmica. Esses fatores incidem diretamente no processo de evasão escolar, mas com apoio institucional essas variáveis tendem a ir sendo revertidas durante o processo de escolarização.

Portanto, o que se observa é que muitas instituições de educação superior que se dizem inclusivas, que abrem suas portas e recebem o aluno com deficiência, infelizmente, muitas vezes, apenas o insere no seu contexto não lhe proporcionando o ensino e aprendizagem de forma satisfatória como prevê a legislação em vigor, como a Constituição de 1988, a LDB, entre outras. O projeto aqui apresentado procura amenizar os efeitos excludentes existentes na instituição de forma a promover a inclusão a partir de atividades inclusivas que possam proporcionar a permanência do estudante com deficiência no curso, evitando assim a sua evasão. Os objetivos pretendidos com a realização desse projeto foram:

Promover cursos de LIBRAS e BRAILLE, oficinas, palestras, reuniões e eventos no CFP/UFCG, na busca de uma promoção da educação inclusiva e de qualidade para todos. Além desse, foram pensados também: Desenvolver atividades pedagógicas que visem a formação do professor na área da educação inclusiva e da socialização entre o corpo docente e discente; promover cursos de LIBRAS básico para a comunidade acadêmica e para as pessoas que queiram participar que estão não fazem parte do CFP/UFCG; Promover oficinas de aprendizagem voltadas para inclusão do aluno com deficiência; Realizar oficinas pedagógicas voltadas para atividades relacionadas a socialização dos alunos com e sem deficiência e docentes; Oferecer oficinas de Braille para alunos e professores; Oferecer uma formação na perspectiva inclusiva para os alunos (bolsista e voluntários) do projeto; Sistematizar as atividades para futuras ações e intervenções.

2.1 Metodologia

Os objetivos pretendidos estão sendo alcançados através de atividades realizadas no espaço do NAI/CFP através da promoção de cursos (LIBRAS, BRILE) que já estão acontecendo, rodas de conversas, palestras de formação para o corpo docente, apresentações de vídeos, dinâmicas de grupo, oficinas, reuniões nas Unidades que tenham alunos com deficiência, entre outras atividades que venham a enriquecer a formação dos professores com atividades também específicas para o corpo discente que levem em consideração a peculiaridade de cada estudante.

2022



Vale salientar que também estão sendo realizadas atividades de observação, que faz parte de um diagnóstico das principais necessidades (na perspectiva da inclusão). São atividades que possuem características de pesquisa-ação, pois visa atuar e obter um resultado de imediato na interação com a comunidade e com os sujeitos que se está interagindo, pois “[...] Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação” (TRIPP, 2005, p. 446).

3. Resultados

O projeto está em andamento e seus resultados ainda estão sendo colhidos e organizados. Entre os resultados podemos apontar o apoio aos alunos com deficiência que está sendo empreendido pelos monitores inclusivos, que procuram dar assistência pedagógica, afetiva e de confiança a esses estudantes. Além disso auxilia na permanência desses alunos na instituição. O curso de LIBRAS está em andamento. As primeiras observações demonstram uma maior interação do aluno surdo com os colegas da sala e com outras pessoas do quadro de funcionários (professores, funcionários estudantes de outros cursos) da instituição. O curso tem uma carga horária de 40 horas e é oferecido uma vez por semana, na terça-feira, das 9h às 11h. Também está sendo oferecido um outro curso de LIBRAS para os colegas de turma do aluno surdo, todas as quintas e sextas, das 11h ao meio dia. Como temos um aluno no curso de matemática que é surdo devido a um acidente e não sabe LIBRAS, está sendo oferecido ao mesmo e a monitora que o acompanha o acompanhamento por parte de uma das interpretes para que possa aprender LIBRAS, e, assim, possa se comunicar melhor com seus pares e professores.

Também será oferecido o curso de Braille, oficinas e em outubro será realizado um colóquio com a participação de palestrantes surdos e cegos.

Faz parte também do processo a formação dos participantes do projeto: os extensionistas e dos monitores inclusivos. Eles fazem estudos dos textos, fazem partilhas das atividades e das experiências vivenciadas no acompanhamento dos alunos com deficiência. Participam da organização das oficinas e eventos. Todas essas atividades visam a formação pessoal e profissional desses alunos para que possam atuarem como pessoas inclusivas por onde quer que forem ou atuem como profissionais. Com esses envolvimento por parte dos estudantes, observa-se também um maior vínculo institucional e afetivo entre os estudantes. Esse vínculo auxilia na permanência e se reflete no comprometimento maior com os estudos.

4. Conclusão

O trabalho em tela está em desenvolvimento e esperamos avançar dentro da instituição e fazer com que os alunos com deficiência possam ter a cada dia mais meios e visibilidade dentro da instituição, não só por meio de práticas inclusivas, mas que essas práticas a cada dia ganhem visibilidade e se tornem políticas institucionais, pois o que se tem notado é que esses alunos com deficiência ficam muito vulneráveis ao abandono da Educação Superior devido estarem em situação de vulnerabilidade e pela falta de políticas inclusivas na instituição em que estudam e pela própria burocracia que os exclui, como a lentidão na compra de equipamentos e na resolução de seus problemas. Para promoção

2022



da permanência dessa população na instituição, observa-se a importância do desenvolvimento e apoio de programas e projetos voltados para subsidiar esses estudantes para diminuir o abandono e ampliar a permanência. Verifica-se também a importância do desenvolvimento de um plano de acompanhamento pessoal/individualizado e das necessidades de cada estudante. Com o acompanhamento e desenvolvimento do projeto observou-se o maior interesse dos estudantes em contribuir com os estudantes com deficiência e dos estudantes com deficiência em permanecer na instituição e com maior comprometimento com seus estudos. Esses pontos convergem para o estudo desenvolvido por Kohls-Santos (2020), que demonstra que quando se consegue combinar os objetivos pessoais, com uma estrutura institucional que consiga dar o suporte necessário para que o estudante se envolva com as atividades acadêmicas, o quadro passa a mudar e o número de alunos evadidos diminuem ao longo do tempo.

Referências

Brasil, Declaração Mundial de Educação Para Todos e Plano de Ação Mundial para satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Brasília/DF: UNICEF, 1991.

Brasil, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <[HTTP://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/lei9394_Idbn1.txt](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/lei9394_Idbn1.txt)> Acesso em 13/08/2011.

Dantas, N. M. R. (2017) A inclusão dos estudantes com deficiência no centro de formação de professores da universidade federal de campina grande: desafios e possibilidades. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 245f.

Loureiro, W. N. (2001) Formação de professores: realidade e perspectivas. In: LISITA, Verbena Moreira S. S. (Org.). Formação de Professores: políticas, concepções e perspectivas. Goiânia: Editora Alternativa.

Santos, P. K. (2015) Permanência na graduação a distância na perspectiva dos estudantes: um estudo a partir da experiência do projeto Alfa Guia. 226fls. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2015a. Disponível em:

<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6573/2/TES_PRICILA_KOHL_SANTOS_COM

PLETO.pdf>. Acesso em: 01 set. 2022. TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 31, n. 03, p. 443-466, abr. 2005. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022005000300009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 set. 2022.

Kohls-Santos, P. (2020) Permanência na educação superior: desafios e perspectivas. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília.

Kohls-Santos, P.; Estrada, P. M. (2022) Modelo integracionista para a permanência estudantil: variáveis e perspectivas. Curitiba: CRV.